

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Rodrigo Maia)**

DE 2003

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda a respeito da redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica concedida à COTEMINAS.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, as seguintes informações referentes ao Ato Declaratório Executivo nº 16, de 14 de outubro de 2003, referente à redução de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica concedida à CIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS:

- 1. Qual a fundamentação de fato e de direito que permite a redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ no caso em tela?**
- 2. Quantas e quais empresas já receberam tratamento similar ao deste caso, no período 01 de janeiro de 2001 até o momento atual?**
- 3. Qual o valor da renúncia fiscal concedida à COTEMINAS de 1 de janeiro até o momento e de agora até 31 de dezembro de 2006 (projeção para valores futuros)?**
- 4. Qual a razão para se ter concedido redução do IRPJ retroativamente à COTEMINAS?**
- 5. Qual o valor da renúncia fiscal para todas as empresas já favorecidas pelo tratamento similar citadas na pergunta nº 2?**
- 6. A redução objeto do processo em tela gerará restituição de valores já pagos pela COTEMINAS?**
- 7. A redução objeto do processo atende ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), principalmente no disposto em seus arts. 5º e 14?**

Justificativa

A redução de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, aplicada no caso em tela, chama a atenção dos parlamentares por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, é bastante raro encontrar-se renúncia de receitas públicas no contexto de aperto fiscal porque passa o Estado brasileiro. Em segundo lugar, a empresa objeto do processo é de propriedade da família do Excelentíssimo Vice-Presidente da República, Sr. José de Alencar, e por isso é fundamental que o

processo tenha toda a transparéncia quanto possível, em louvor e respeito à democracia e à República brasileira.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2003

Deputado Rodrigo Maia